

# Moção C



## Moção de Orientação Político-Sindical “LUTAR PARA VENCER”

### 1. A situação mais grave de sempre

O 6.º Congresso do SPGL ocorre numa situação que podemos, sem qualquer margem para dúvidas, classificar como a mais grave de sempre para os Professores e para a Escola Pública.

Situação resultante da ofensiva desencadeada pelos diversos Governos.

Ofensiva que atingiu extremos com os Governos do Sr. António Costa, que foi até onde os Srs. Coelho e Crato não haviam ousado ir – a publicação de uma Portaria, claramente ilegal, com o objectivo de impedir os Professores de recorrerem à Greve às Avaliações para defesa dos seus direitos.

Ofensiva indispensável para tentar concretizar uma política de clara desvalorização da Escola Pública, Democrática e de qualidade, para TODOS. Substituindo-a por uma escola de mínimos orientada para a “formação” de mão-de-obra barata, dócil e formatada ideologicamente. Tudo embrulhado em belos discursos propagandísticos sobre “inclusão”, que não passam disso mesmo – propaganda.

Política que tem tido como artífice o Sr. João Costa que, ao longo de 7 anos no ME, primeiro como “Ministro-sombra” do Sr. TBR, e depois, como titular efectivo do cargo ministerial, nada mais tem feito do que produzir lixo pseudo-pedagógico, embrulhado em doses massivas de propaganda.

Porém, para alcançarem os seus intentos, tornava-se indispensável subjugar os Professores e o seu movimento sindical.

### 2. A tentativa de subjugar os Professores

Esse foi o passo seguinte, começando cm a adopção de pseudo-legislação impeditiva do legítimo direito dos Professores à Greve – neste caso, à Greve às Avaliações.

Continuou com o sufoco dos Professores com doses massivas de burocracia, levando-os à beira da exaustão.

Atingiu, agora, o seu clímax com a tentativa encapotada de liquidar a equiparação salarial da carreira docente à carreira técnica superior da AP, alcançada desde 1986.

E, super-clímax, o projecto de diploma sobre concursos, que não passa da destruição do ECD, instaurando, para todos os Professores, a colocação por Conselhos intermunicipais de Directores – na prática, a porta escancarada ao amiguismo e ao nepotismo, com o objectivo claro de “domesticar” os Professores e de liquidar qualquer resistência à ofensiva anti-pedagógica e, mais do que isso, anti-nacional, do Governo.



### 3. A Acção do Governo e do ME

Os resultados desta política dita “educativa” estão à vista de todos:

- Um nível de precariedade docente que escorraçou do ensino 15.000 professores qualificados, conduzindo à situação actual, em que continuam a existir muitos milhares de alunos sem aulas a 1 ou mais disciplinas.
- Um nível de sobretrabalho entre os docentes que leva muitos destes à total exaustão.
- O bloqueamento à progressão na carreira, com os estrangulamentos no 4.º e no 6.º escalões, impedindo a generalidade dos Professores de atingir o topo da carreira.
- Condições de aposentação que não consideram o desgaste da profissão, contribuindo, também elas, para a exaustão.
- Uma legislação infame sobre mobilidade por doença que empurra milhares de colegas para o desespero, a Baixa e, quiçá, nalguns casos, para uma morte antecipada.
- O roubo persistente de 6A 6M 23D de tempo de serviço efectivamente prestado.
- A indiferença perante o avolumar da indisciplina nas escolas e, inclusive, das agressões a docentes.

Tudo isto tem de ser revertido, para dignificação da docência e para que a profissão docente volte a ser atractiva para os jovens.

Tudo isto tem de ser revertido, porque tal é indispensável para assegurar a existência de uma escola pública democrática e de qualidade para TODOS, garantia da formação de cidadãos livres – Garantia do FUTURO de Portugal.

Para isso são necessários objectivos claros e uma orientação político-sindical igualmente clara, combativa – **e firme**.

### 4. Grandes Linhas de Acção político-sindical a seguir pelo SPGL:

A Acção do SPGL deverá orientar-se pelos seguintes princípios:

- Participar empenhadamente na Acção da FENPROF, dentro da qual o SPGL deve ser, pelo sua combatividade, um exemplo – o que nem sempre tem sucedido.
- Apoiar, a nível da FENPROF todas as iniciativas tendentes à criação de uma Plataforma sindical que reforce a luta contra as tentativas do Governo de subverter o ECD.
- Tomar a iniciativa de, directamente ou através da FENPROF, suscitar, junto da Provedoria de Justiça, o pedido de declaração de inconstitucionalidade da Portaria que estabeleceu o novo regime do funcionamento dos Conselhos de Turma de avaliação.
- Não submeter, em caso algum, o calendário ou as formas de luta dos Professores à agenda da Frente Comum, da CGTP, ou de qualquer outra organização.
- Assumir o princípio de que as grandes linhas de Acção Sindical devem ser, sempre, democraticamente ratificadas pelos Professores.

Não basta, todavia, aprovar grandes linhas de acção.

Deste Congresso terão de sair orientações claras e firmes para as lutas que nos aguardam. Concretizadas num Plano de Luta, global e coerente – que conduza os Professores à Vitória.



## 5. Um Plano de Luta, que conduza os Professores à Vitória

Os Professores portugueses e a Escola Pública democrática, encontram-se, neste momento, na situação mais difícil de sempre.

A superação desta situação exige a adopção de medidas fortes e eficazes. Exige um Plano de Luta, Global, Coerente e Democrático.

Plano que terá de ter objectivos claros e mobilizadores da generalidade dos Professores:

- Manutenção do Concurso Nacional por graduação profissional.
- Derrota de qualquer tentativa de retirar a paridade salarial com a carreira técnica superior da Administração Pública.
- Recuperação integral dos 6A 6M 23D de tempo de serviço roubado.
- Vinculação dinâmica de TODOS os Professores contratados.
- Equiparação das Pensões de Aposentação aos salários do activo, em iguais condições.
- Antecipação da idade de aposentação, sem penalizações.
- Combate decidido ao processo de Municipalização e às tentativas de privatização do Ensino Público.
- Restauração da Gestão Democrática das escolas, em todos os níveis de Ensino.
- Melhores condições de ensino nas Escolas – máximo de 20 alunos por turma.
- Contagem integral, pela Segurança Social/CGA, do tempo de serviço prestado como contratado, independentemente do horário atribuído.
- Eliminação das ilegalidades existentes nos horários dos Professores.
- Eliminação das vagas para progressão aos 5.º e 7.º escalões.

Plano que terá de adoptar uma atitude dinâmica e combativa, devolvendo aos Professores, o orgulho e a confiança na sua força enquanto Classe. **Na força que pôs, por duas vezes, mais de 100 mil Professores na rua.**

Plano que irá garantir aos Professores que, embora a luta seja dura, estarão a **LUTAR PARA VENCER.**

Subscritores:

1.º Subscritor: Carlos Valdez Pinto Vasconcellos

+ 54 Subscritores

